

Pacote Anticrime

COMENTÁRIOS À LEI N. 13.964/2019

2020

Alamiro Velludo Salvador Netto

Aline Thais Bruni

Claudio do Prado Amaral

Eduardo Saad-Diniz

Hermes Duarte Moraes

PACOTE ANTICRIME**COMENTÁRIOS À LEI N.13.964/2019**

© Almedina, 2020

AUTOR: Aline Thais Bruni, Claudio do Prado Amaral, Eduardo Saad-Diniz, Hermes Duarte Moraes**DIAGRAMAÇÃO:** Almedina**DESIGN DE CAPA:** FBA**ISBN:** 9786556270555

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pacote anticrime : comentários à Lei n.
 13.964/2019 / Alamiro Velludo Salvador Netto...
 [et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : Almedina
 Brasil, 2020.

Outros autores: Aline Thais Bruni, Claudio do
 Prado Amaral, Eduardo Saad-Diniz, Hermes Duarte
 Moraes
 Bibliografia
 ISBN 978-65-5627-055-5

I. Direito penal 2. Direito penal - Brasil
 I. Salvador Netto, Alamiro Velludo. II. Bruni, Aline
 Thais. III. Amaral, Claudio do Prado. IV. Saad-Diniz,
 Eduardo. V. Moraes, Hermes Duarte

20-38215

CDU-343(81)

Índices para catálogo sistemático:

I. Brasil : Direito penal 343(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Agosto, 2020

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

1. DAS ALTERAÇÕES NO CÓDIGO PENAL	19
1. Legítima Defesa	19
2. Da modificação de competência para a execução da multa	21
3. Tempo de pena – art. 75, CP	22
4. Livramento condicional	25
5. Causas impeditivas da prescrição	26
6. Das alterações sobre o crime de roubo qualificado	27
7. Alterações no delito de estelionato	29
7.1 Fraude e política criminal no direito penal brasileiro	30
7.2 Direito intertemporal	31
8. Concussão	32
Referências	34
2. DAS ALTERAÇÕES NA EXECUÇÃO DAS PENAS	35
Introdução	35
1. Banco de dados de perfis genéticos	39
2. Sistema progressivo e os novos requisitos	43
2.1 Saída temporária	44
2.2 Progressão de regime e livramento condicional	45
3. Tempo máximo de cumprimento ininterrupto de pena privativa de liberdade	49
4. Reintegração social e regime disciplinar diferenciado	53
5. Estabelecimentos penais federais	49
6. Organizações criminosas e execução penal	57
7. Crimes hediondos e execução penal	60

PACOTE ANTICRIME

8. Execução da pena de multa	61
Referências	63
3. A LEI Nº 13.964/2019 E AS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS	65
1. Servidores das forças de segurança pública investigados	65
2. Sobre a captação ambiental no âmbito da Lei nº 9.296/1996	68
3. Da utilização da ação controlada e da infiltração de agentes para apuração do crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/1998)	72
3.1 Da ação controlada	72
3.2 Do agente infiltrado	74
Referências	76
4. “PACOTE ANTICRIME”: A NOVA CONFIGURAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	77
Introdução	77
1. Origem e conceito do acordo de não persecução penal	78
2. Requisitos	79
3. Hipóteses de inaplicabilidade	84
4. Procedimento	89
5. Das Condições	94
6. A Resolução n.º 181/2017 do CNMP: conflitos ou revogação?	96
7. Conclusões	99
Referências	100
5. MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS, PRISÃO E LIBERDADE: MAIS RIGOR TÉCNICO	103
1. Do incremento do sistema acusatório	103
1.1. O caráter de provisoriedade das medidas cautelares	105
1.2. A fundamentação das medidas cautelares	106
2. Medidas cautelares e contraditório	107
3. Da motivação da decisão sobre a prisão preventiva	108
3.1 Fundamentação individualizada da insuficiência e inadequação de outras medidas	109
3.2 Fatos novos e contemporâneos	110
3.3 A revisão obrigatória da prisão preventiva	110
4. As “novas” hipóteses de decretação e de vedação da prisão preventiva	111

4.1 O periculum libertatis inserido no art. 312 do CPP	112
4.2 As hipóteses de vedação da prisão preventiva	113
5. A adequação do processo penal à audiência de custódia	114
6. As hipóteses de prisão preventiva obrigatória	115
7. A execução provisória da pena no caso de condenação à pena igual ou superior a 15 anos por crime doloso contra a vida	117
Referências	119
 6. CADEIA DE CUSTÓDIA	121
Introdução	121
1. A Cadeia de Custódia	124
2. Etapas da Cadeia de Custódia	128
3. Gerenciamento da coleta e do acondicionamento	133
4. Central de Custódia	137
Conclusões	138
Referências	139
 7. O NOVO DESENHO DA COLABORAÇÃO PREMIADA CONFORME O “PACOTE ANTICRIME”	143
Introdução	143
1. Do conceito	144
2. Do Procedimento	145
3. Das Formalidades	149
4. Das Sanções Premiais	153
5. Dos Direitos do Colaborador	165
6. Do Sigilo da Colaboração Premiada	166
7. Conclusões	168
Referências	169
 8. DAS ALTERAÇÕES NA LEI DOS CRIMES HEDIONDOS	173
1. Sobre o homicídio doloso: alterações insignificantes, confusas e perda de oportunidades	175
2. Sobre o roubo: ampliação de hipóteses	176
3. Sobre a extorsão	177
4. Sobre o furto	178
5. Alterações no art. 33, § 4º, Lei n. 11.343/2006	179
6. Modificações do art. 1º, parágrafo único, Lei n. 8.072/1990	180
Referências	181

PACOTE ANTICRIME

9. A NOVA DISCIPLINA SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS NO PROCESSO PENAL	183
1. O status constitucional do dever de motivar no Brasil, sua indissociabilidade do princípio-garantia de publicidade e a sanção processual de nulidade	184
2. Os requisitos da motivação	185
2.1 A integralidade	186
2.2 Dialeticidade	187
2.3 Correção	187
2.4 Racionalidade interna e externa	188
3. Os vícios da motivação	189
3.1 A inexistência de motivação	190
3.2 Motivação incompleta	191
3.3 Motivação não dialética	192
3.4 Ausência de correspondência entre a motivação e as informações que constam no processo	194
3.5 Contradição interna e externa	195
3.6 Conclusões sobre os vícios da motivação	196
Referências	197
10. A NOVA ESTRATÉGIA DAS MEDIDAS REPRESSIVAS QUE RECAEM SOBRE BENS	199
1. Confisco alargado: a perda de bens prevista no art. 91-A do Código Penal	200
2. Da alienação e destinação de bens constritos	203
Referências	206
11. SOBRE AS ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO DESARMAMENTO E <i>WHISTLEBLOWING</i>	207
1. Lei nº 10.826/2003	207
2. <i>Whistleblowing</i>	211
12. O JUIZ DAS GARANTIAS: O PACOTE ANTICRIME EM BUSCA DE MAIOR IMPARCIALIDADE OBJETIVA NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL	215
1. Dos motivos para a implementação do juiz das garantias	216
2. Reserva de jurisdição e investigação criminal	216

3. Imparcialidade judicial objetiva	217
4. A função assecuratória de direitos fundamentais do cidadão	220
5. Função assecuratória da dignidade da pessoa presa	221
6. Questões transitórias	222
7. Duração razoável do inquérito policial em caso de indiciado preso	223
8. Sobre a decisão proferida na ADI 6299/DF	223
9. Outros aspectos da Lei nº 13.964/2019 relacionados à imparcialidade	226
9.1 O art. 157, § 5º do CPP	226
9.2 O art. 1-A da Lei nº 12.694/2012: ampliação da garantia de imparcialidade da magistratura	227
Referências	229